

Educação Financeira Escolar: um estudo sobre percepções dos professores de Matemática em escolas estaduais de Araguaína

Resumo: O objetivo do estudo foi evidenciar como professores de Matemática estão trabalhando a Educação Financeira, especialmente a Literacia Financeira, em escolas da Educação Básica. A pesquisa ocorreu em duas etapas: bibliográfica e empírica. Primeiramente, realizou-se uma constituição teórica sobre Educação Financeira e Literacia Financeira. Em seguida, foi aplicado um questionário a dezesseis professores de Matemática de três escolas da rede estadual, localizadas no município de Araguaína (TO), com o intuito de compor a perscrutação prática sobre a implementação de ações nessa temática. Os resultados revelaram que, embora a maioria dos professores desenvolva atividades de Educação Financeira voltada para a Literacia Financeira, ainda que de forma superficial, há carência na formação inicial e continuada sobre o assunto.

Palavras-chave: Educação Financeira. Formação Cidadã. Professores de Matemática.

School Financial Education: a study on the perceptions of Mathematics teachers in state schools in Araguaína

Abstract: The objective of the study was to highlight how Mathematics teachers are incorporating Financial Education, particularly Financial Literacy, in Basic Education schools. The research was conducted in two stages: bibliographic and empirical. First, a theoretical framework on Financial Education and Financial Literacy was established. Then, a questionnaire was administered to sixteen Mathematics teachers from three public schools in Araguaína (Brazil) to examine the practical implementation of actions on this topic. The results revealed that, although most teachers engage in Financial Education activities focused on Financial Literacy, albeit superficially, there is a lack of initial and ongoing training on the subject.

Keywords: Financial Education. Citizenship Training. Mathematics Teachers.

Educación Financiera Escolar: un estudio sobre las percepciones de los profesores de Matemáticas de escuelas públicas de Araguaína

Resumen: El objetivo del estudio fue evidenciar cómo los profesores de Matemáticas están trabajando la Educación Financiera, especialmente la Alfabetización Financiera, en escuelas de Educación Básica. La investigación se desarrolló en dos etapas: bibliográfica y empírica. Primero, se realizó una constitución teórica sobre Educación Financiera y Alfabetización Financiera. Luego, se aplicó un cuestionario a dieciséis profesores de Matemáticas de tres escuelas de la red estatal, ubicadas en Araguaína (Brasil), con el propósito de componer la indagación práctica sobre la implementación de acciones en esta temática. Los resultados revelaron que, aunque la mayoría de los profesores desarrollan actividades de Educación Financiera enfocadas en la Alfabetización Financiera, aunque de manera superficial, hay carencias en la formación inicial y continua sobre el tema.

Palabras clave: Educación Financiera. Formación Ciudadana. Profesores de Matemáticas.

Daniel Moura Rodrigues dos Santos

Universidade Federal do Norte do Tocantins
Araguaína, TO — Brasil
ID 0000-0002-0155-1635
✉ moura.daniel@mail.uft.edu.br

Rogério dos Santos Carneiro

Universidade Federal do Norte do Tocantins
Araguaína, TO — Brasil
ID 0000-0002-5387-0435
✉ rogérioscarneiro@gmail.com

Raylson dos Santos Carneiro

Universidade Federal do Tocantins
Gurupi, TO — Brasil
ID 0000-0002-4571-5822
✉ raylson@mail.uft.edu.br

Recebido • 01/04/2024
Aceito • 15/05/2024
Publicado • 21/03/2025

Artigo

1 Introdução

Propôs-se a pesquisar a Educação Financeira (EF), com foco no desenvolvimento da Literacia Financeira (LF), visto que a falta de direcionamento em relação ao tema pode ser um dos preditores de uma baixa organização financeira pessoal e familiar. Um exemplo disso é a compra de um veículo com base apenas no preço de compra, sem considerar os custos associados à sua posse, como seguro, impostos, manutenção, combustível e depreciação. Destaca-se que a LF envolve um conjunto de competências que torna o aluno capaz de tomar decisões conscientes em prol de seu bem-estar financeiro.

Portanto, não saber valer-se de conhecimentos financeiros básicos para escolher o momento certo e a melhor forma de aquisição de bens denota a dificuldade de articulação entre os conhecimentos advindos da EF, em especial escolar, e as demandas cotidianas. Assim, evidencia-se uma lacuna na formação cidadã dos alunos. Cabe à escola a responsabilidade de suprir essa falha, formando cidadãos capazes de articular esses conhecimentos em prol do seu bem-estar e da melhor convivência social.

Mesmo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expressando que nos dias atuais “cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo” (Brasil, 2017, p. 568), verifica-se que o termo *Educação Financeira* aparece no documento apenas em habilidades ou objetos de conhecimentos vinculados a unidades temáticas da disciplina de Matemática, em especial, nos conteúdos relacionados à Matemática Financeira (MF). Isso ocorre mesmo a EF sendo um tema transversal e interdisciplinar que pode e deve ser trabalhado em outras disciplinas.

O reflexo disso aparece nos livros didáticos que são utilizados pelos alunos na Educação Básica. Marim e Silva (2020), ao analisar livros didáticos de Matemática, constataram que existem elementos da EF apenas nos capítulos dedicados à Matemática Financeira. De acordo com Lima, Giordano e Sena (2021, p. 39), “Embora possua raízes observáveis e difundidas pela Matemática, nota-se que a EF continua adotada como uma Matemática Financeira contextualizada ou como subterfúgio contextual para aplicações de algoritmos e funções”. No entanto, é preciso romper a barreira de que a EF deve ser trabalhada exclusivamente no ensino da MF.

Para esta pesquisa, abordou-se a análise da EF com foco na LF, compreendendo a primeira como a forma pela qual o cidadão aprimora suas capacidades e conhecimento a respeito de assuntos monetários. Já a LF se refere à aptidão de lidar com as adversidades monetárias, valendo-se de seus conhecimentos financeiros, tomando a melhor decisão em prol de seu bem-estar e da sustentabilidade do planeta.

A literacia é a competência de se valer da leitura, escrita e de todas as suas faculdades para melhor tomar suas decisões. Segundo Fernandes (2011, p. 5), pode-se incluir “a capacidade dos indivíduos utilizarem as suas capacidades para alcançarem os seus próprios objectivos, usarem a informação disponível para fazer escolhas, comunicar e participar activamente na sociedade”. Não apenas a leitura e a escrita podem auxiliar no desenvolvimento de uma LF, conforme Orton (2007) *apud* Fernandes (2011, p. 7), já que é a:

capacidade de ler, analisar e comunicar sobre as condições financeiras pessoais que afectam o bem-estar a nível material. Inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros, planear para o futuro e responder de forma competente às várias etapas e acontecimentos da vida que afectam as decisões financeiras, incluindo acontecimentos da economia em geral.

De acordo com o conceito de Basseto, Capelato e Fernandes (2021), a EF se relaciona ao domínio de habilidades que auxiliam na tomada de decisões e promovem segurança e bem-estar. Com base nessas definições, institui-se o objetivo desta pesquisa: evidenciar como os professores de Matemática estão trabalhando a EF, especialmente a LF, nas escolas da Educação Básica.

Para tanto, fez-se necessário conduzir a pesquisa em duas etapas: bibliográfica e empírica. Na primeira, realizou-se uma pesquisa teórica sobre a Educação Financeira e Literacia Financeira; na segunda, aplicou-se um questionário a dezesseis professores de Matemática que atuam em três escolas estaduais de Araguaína (TO): Escola Estadual Henrique Cirqueira Amorim, situada no Setor Barros; Colégio Estadual Campos Brasil, situado no Bairro de Fátima; ETI Jardenir Jorge Frederico, situada no Setor Maracanã. Essas escolas foram escolhidas por estarem situadas em setores habitados por famílias com baixa renda, sendo responsáveis pela educação formal dos moradores do bairro e dos circunvizinhos.

2 Uma concepção histórica e teórica da Educação Financeira

A EF é um tema transversal e abrangente que, dependendo do contexto, assume significados diferentes. Ainda é considerado recente, mas torna-se cada vez mais essencial para a vida em sociedade contemporânea e suas relações socioeconômicas. Notavelmente, a sociedade brasileira começou a focar na EF após a estabilização da inflação, com a implementação do Plano Real, o que deu início a várias discussões sobre finanças, entre elas a EF e a LF, que desempenham papéis decisivos no processo educativo. Indivíduos que não possuem esses conhecimentos enfrentam grandes dificuldades para lidar com os desafios da vida em sociedade.

Analisar a efetividade da EF e LF nas escolas do Tocantins é particularmente relevante. Em 2018, o estado foi reconhecido como referência em EF por Maurício Costa de Moura, diretor do Banco Central do Brasil. Entretanto, dados de uma pesquisa do Serasa realizada em dezembro de 2021 apontaram o Tocantins como o 9º estado com a maior porcentagem de população adulta endividada, com 41,9% de sua população nessa situação. Esse índice coloca o estado atrás apenas de Mato Grosso do Sul, Acre, Distrito Federal, Amapá, Roraima, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Amazonas, conforme ilustrado pela Figura 1.

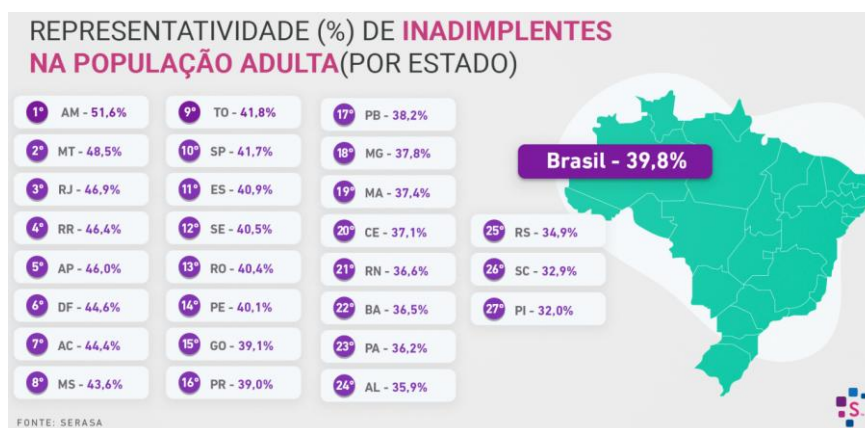


Figura 1: Representatividade (%) de inadimplentes na população adulta, por estado (Serasa, 2021¹)

Mesmo após três anos desde que o estado do Tocantins recebeu a condecoração do diretor do Banco Central, os níveis de inadimplência continuam elevados. A pesquisa do Serasa indica o Tocantins como um dos estados com maior número de adultos inadimplentes. Essa

¹ Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-654-Mapa-da-Inadimplencia-Dezembro-2-1.pdf>; acesso em 17 mar. 2023.

constatação levanta questionamentos sobre como a EF está sendo implementada e trabalhada no estado. Apesar do reconhecimento como referência na área, os resultados não demonstraram efeito significativo na sociedade tocantinense.

2.1 Uma construção histórica da Educação Financeira no Brasil

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, destinados ao consumo pessoal das famílias com renda entre 1 e 40 salários-mínimos. Quando a inflação apresenta uma queda, isso sugere bem-estar econômico e crescimento, enquanto um aumento aponta para incertezas, já que a inflação elevada desestimula a economia e compromete o crescimento econômico. Portanto, o IPCA tem um grande papel para a sociedade, indicando crescimento ou decréscimo na economia. Ela serve como aviso para alguns investidores, sinalizando o momento adequado de investir, além de influenciar as escolhas de investimento da sociedade em geral.

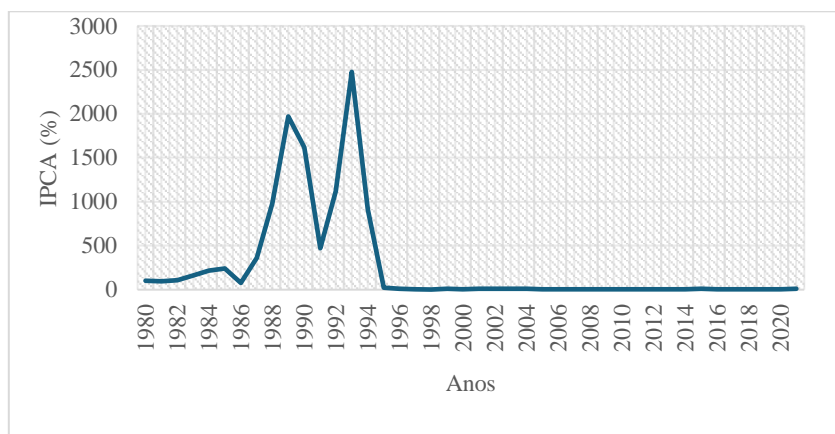


Figura 2: Variação anual do IPCA entre 1980 e 2020 (IBGE²)

Antes da implantação do Plano Real, que ocorreu entre 1980 e 1994, os níveis inflacionários no Brasil chegavam a patamares exorbitantes, o que apresentava desvalorização diária da moeda brasileira.

Destarte, se a variação do IPCA for maior que a variação do salário-mínimo em um ano, tem-se a desvalorização daquele, o que ocorreu de 1992 a 1994, como evidenciado na Figura 2. Considerando que o salário-mínimo apresenta variações modestas de ano para ano, conclui-se que ele é facilmente suscetível aos efeitos da inflação. Dessa forma, essas variações podem resultar em uma significativa degradação no poder de compra.

Dessa maneira, de 1980 a meados de 1994, os altos níveis de inflação medidos pelo IPCA indicaram grande variação nos preços de produtos e serviços em geral, o que resultou em aumentos bruscos. Esse cenário aborlhou a cultura do consumismo imediato, dado que, com a grande chance de o item ficar mais caro no dia seguinte, tornava-se mais viável o consumo imediato. Esse comportamento pode ter influenciado ou não a atual cultura do consumismo.

Após a implementação do Plano Real em 1994, ocorreu a estabilização da moeda e o controle inflacionário, abrindo um novo leque de oportunidades para os brasileiros. Foi possível fazer planos em longo, médio e curto prazos, como poupar para a conquista da casa própria ou de outros bens de maior valor. Todavia, esse período também trouxe consigo o consumo em excesso e desnecessário, expondo os riscos de um mau planejamento financeiro. Diante dessa situação, surgiu a necessidade de discutir a EF pelos órgãos governamentais e não

² Informações disponíveis em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?module=m&serid=1410807112&oper=view>, acesso em 6 fev. 2023.

governamentais. Esse foi o início de uma preocupação concreta com o tema EF no Brasil.

Porém, a EF só foi formalizada por meio da criação do Comitê de Regulação dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), conforme estabelecido no Decreto n. 5.685, de 25 de janeiro de 2006, o qual versa em seu primeiro artigo:

Fica instituído o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização — Coremec, no âmbito do Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular (Brasil, 2006).

O Comitê foi instituído para aprimorar e coordenar as entidades responsáveis pela captação pública da poupança. Essa preocupação com a poupança decorre de sua relevância para os cidadãos, sendo ela a base para viabilizar diversos projetos governamentais, como financiamentos para a construção de imóveis, entre outros. Após sua criação, o COREMEC instituiu um grupo de trabalho responsável por elaborar e propor a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio da Deliberação n. 3, de 31 de maio de 2007.

Art. 1º – Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho — GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários — CVM, uma Estratégia Brasileira de Educação Financeira (Brasil, 2007).

Assim, o Grupo de Trabalho elaborou, dentro do prazo e das especificações requeridas, uma Estratégia Nacional Brasileira de EF. Essa estratégia se caracteriza como o primeiro passo formal, embasado em lei, para a implementação da EF em áreas públicas, como as escolas. No decorrer dessa deliberação, o artigo 5º especifica melhor o papel dessa estratégia, que iniciou o processo de lapidação da EF.

Art. 5º – Caberá ao Grupo de Trabalho deliberar sobre a estrutura da estratégia e sugerir as áreas, públicos e temas a serem priorizados, [...] §1º A proposta deverá ser elaborada em forma de minuta do documento final a ser aprovado pelo Coremec, denominado Estratégia Nacional de Educação de Financeira, [...] tratando ao menos dos seguintes aspectos: a) público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), por atividade (pequenos e médios empreendedores, trabalhadores, professores, profissionais de mercado, gerentes de bancos, magistrados, membros do Ministério Público etc.) ou por região; b) objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, etc.; c) áreas a serem priorizadas: desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, micro-crédito, financiamento à habitação, [...] e preparação para a aposentadoria, seguros etc.; [...] (Brasil, 2007).

No dia 26 de junho de 2008, o COREMEC apresentou a Deliberação n. 5, que definiu objetivos e diretrizes mais específicos para a ENEF. Essa medida tornou mais claro o caminho que o grupo de trabalho deveria seguir para alcançar os resultados esperados na área de EF

junto à população. Posteriormente, em 2010, foram criados o Comitê Nacional de EF e o Grupo de Apoio Pedagógico, fortalecendo ainda mais as iniciativas voltadas para a EF.

A EF integra o currículo escolar brasileiro, contudo, essa não é abordada nos documentos que regem a Educação Infantil e complementam a BNCC. De acordo com Cordeiro, Costa e Silva (2018, p. 75), “embora a Educação Financeira esteja dentro do currículo escolar no Brasil, a mesma não está contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tampouco nas Diretrizes Curriculares Nacionais”. Destaca-se que alguns documentos anteriores, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), não estão mais vigentes na educação brasileira, no entanto, são relevantes para essa escrita, uma vez que foram base para a construção da BNCC, ainda influenciando a educação brasileira.

Os PCN permitiam a abordagem de novos temas, como descrito no documento de apresentação dos Temas Transversais, que definiam tais temas como “Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (Brasil, 1998, p. 45).

Nesse sentido, entre 2010 e 2011, foi implementado um projeto-piloto em 891 escolas do Ensino Médio de seis unidades federativas brasileiras, visando produzir orientações para a implementação da EF nas escolas. Durante esse período, “foram produzidos os materiais didáticos voltados para o Ensino Médio (Cordeiro, Costa e Silva, 2018, p. 76). O grupo de trabalho foi o responsável por produzir esses materiais.

Essas cartilhas e outros materiais foram o marco da EF, fruto da iniciativa da COREMEC em instituir o grupo de trabalho, que foi supervisionado pela Comissão de Valores Mobiliários para implementar a ENEF. O projeto-piloto teve como objetivo conscientizar a população a respeito de escolhas financeiras mais assertivas, fomentar a EF na sociedade e fortalecer o mercado financeiro.

Tal material tem objetivos de promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (Cordeiro, Costa e Silva, 2018, p. 76).

Portanto, a primeira proposta formal é bastante recente no Brasil, o que configura a juventude do tema EF. Nota-se que se está caminhando para aprimorá-la, com vistas a alcançar níveis de EF sustentáveis para a sociedade brasileira, assim como para o meio ambiente. A respeito da adequação da Educação Básica à EF, para a BNCC, o sistema de ensino é o responsável por inserir, nesse nível educacional, propostas de temas contemporâneos:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (Brasil, 2017, p. 19-20)

Percebe-se a responsabilidade das escolas públicas em incluírem a EF nas propostas pedagógicas. Entretanto, como visto anteriormente, a BNCC não traz orientações específicas sobre a abordagem da EF como tema transversal.

2.2 Algumas concepções teóricas sobre a Educação Financeira

A EF apresentou ampla variedade de campos de discussão, emergindo deles diversas definições sobre o tema. Entre elas, destaca-se a que a reconhece como

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, p. 13).

Na concepção de Cordeiro, Costa e Silva (2018, p. 70), a EF é um processo de aprendizagem que oportuniza a aquisição do conhecimento: “a EF nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro”. O que se contrapõe, mas ao mesmo tempo complementa a definição da OCDE sobre EF, considerando que o indivíduo já possui uma percepção sobre o que é dinheiro e suas finanças, sendo a EF destinada a aprimorar esses conhecimentos, e não a introduzi-los.

Os autores ainda fazem menção à EF como sendo um mecanismo para o exercício da cidadania, conforme definido pela Constituição Federal brasileira, afirmando que a EF é uma das formas de se prepararem as pessoas para a vida em sociedade, já que ajuda na compreensão de suas finanças e das finanças da nação.

[...] a atual Constituição brasileira vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania. Dessa forma a EF entra com essa participação cidadã, uma vez que esta viabiliza o entendimento da sociedade sobre as finanças pessoais e nacionais. (Cordeiro, Costa e Silva, 2018, p. 70)

Em se tratando de Educação Financeira Escolar (EFE), essa se distingue da EF por ser um processo ao qual os alunos são submetidos, com o objetivo de alcançar a EF. A EF, por sua vez, é definida como o estado de consciência em que os cidadãos se tornam responsáveis por suas finanças. Com base nessa distinção, Silva e Powell (2013, p. 12-13), definiram a EFE como

um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

Desse modo, pelo exposto e pela imperatividade de ensinar-se EF, percebe-se que o tema, ao ser trabalhado no ambiente escolar, especialmente no Ensino Fundamental, possibilitará ganhos individuais e coletivos por dispor precocemente ferramentas que ajudem

os cidadãos nas suas finanças e para o futuro aprimoramento de suas capacidades econômicas.

Destaca-se que a educação de crianças não deve ser restrita ao ambiente escolar, sendo igualmente responsabilidade dos pais participarem ativamente desse processo, o que, de fato, é um dever assegurado na Constituição Federal de 1988. Conforme o Art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Destarte, à escola pertence o papel de representar o Estado e a família na formação cidadã.

Nos países desenvolvidos, a educação financeira é iniciada no ambiente familiar e posteriormente complementada e ampliada na escola. No Brasil, essa dinâmica é diferente, sendo que a responsabilidade de ensinar habilidades financeiras recai, muitas vezes, sobre as escolas. Contudo, é essencial que os pais também assumam um papel ativo nesse processo, participando desse processo formativo dos filhos. Como afirma Souza (2012, p. 11), “nos países desenvolvidos a educação financeira cabe às famílias. Às escolas cabe a função de reforçar a formação adquirida em casa”.

Dado que a EF passou a ganhar destaque na educação brasileira a partir de 2010, com a implementação de projetos e iniciativas como a ENEF, conclui-se que

no Brasil, a educação financeira não está presente nem no universo familiar nem tampouco nas escolas. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país (Souza, 2012, p. 45).

Ainda se pode salientar a importância da EF ao considerar que, por mais bem qualificado que seja um profissional, sem o devido conhecimento financeiro, ele dificilmente alcançará uma vida financeira tranquila e sem preocupações. Consoante Souza (2012, p. 46): “é importante para a sociedade que se formem profissionais capacitados, mas sem uma educação financeira a vida pessoal deste profissional, por mais bem-sucedido que seja profissionalmente, será frustrada”. Caso não tenha a devida EF, o cidadão não terá a capacidade de lidar da melhor maneira possível com o dinheiro, o bem-estar e a sustentabilidade econômica.

Outro ponto fundamental que reafirma a necessidade de educar financeiramente as crianças é o aumento do consumismo entre elas e a influência das mídias sociais. No Brasil, as propagandas explícitas e implícitas veiculadas na TV e na internet são responsáveis por uma grande parte dos maus hábitos de crianças e jovens. “Uma pesquisa realizada pela Eurodata TV WorldWide, em 2005, na França, afirma que as crianças brasileiras são as que mais assistem TV no mundo, em torno de três horas e trinta e um minutos por dia” (D’Aquino, 2007, p. 118). Desse modo, as mídias influenciam o consumismo infantil, sendo necessário ensiná-las desde pequenas a evitar armadilhas que as mídias impõem para lhes fazer comprar, para que se tornem adultos menos influenciados por esses meios de comunicação e de entretenimento.

2.3 Uma sucinta representação da Literacia Financeira

A Literacia Financeira (LF) se refere ao exercício de aplicar conhecimentos teóricos e práticos em prol da obtenção de bons resultados financeiros. Esses conhecimentos abarcam diversas áreas, como linguagem escrita e oral, habilidade em vendas, entre outras, sendo provenientes de outros campos do saber. Quando esses conhecimentos são postos em prática a fim de atingir um objetivo financeiro, alcança-se a LF.

O conceito de Educação Financeira Escolar (EFE) guarda semelhança com o de

literacia, no sentido em que essa última é definida como “a capacidade de usar a leitura e a escrita para desenvolver as potencialidades individuais, como forma de obter conhecimentos e participar ativamente na sociedade” (Somavilla, Silva e Bassoi, 2016, p. 2). Ademais, “para outros inclui também a aplicabilidade desse conhecimento no sentido de se fazer escolhas assertivas e adequadas” (Fernandes, 2011, p. 7).

A literacia financeira pode ser compreendida como o uso de conhecimentos e habilidades relacionados a dinheiro, bem-estar, qualidade de vida, meio ambiente e sustentabilidade para alcançar metas financeiras, superar obstáculos econômicos e solucionar problemas de forma eficaz. Com esses hábitos, evitam-se o endividamento, mudanças drásticas no estilo de vida e práticas que prejudiquem o meio ambiente ou a sociedade.

Nesse contexto, para os fins desta pesquisa, define-se a LF como uma prática e habilidade que aplica conhecimentos teóricos, sejam eles financeiros ou não, na busca por objetivos e na superação de desafios financeiros do cotidiano. Em linha com isso, Vitt *et al.* (2000, p. 2) afirmam que a LF “inclui a aptidão para discernir sobre as diversas escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros sem qualquer desconforto, planejar o futuro em termos financeiros, ou ainda responder competentemente a eventos que ocorrem no cotidiano e que afetam as decisões financeiras (p. 16).

A definição de LF mencionada passa a ser complementada com a explanação desenvolvida por Vitt *et al.* (2000, p. 2) que a considera como a “capacidade de leitura, análise, gestão e comunicação dos diversos problemas financeiros que se colocam diariamente ao nível do bem-estar material dos cidadãos”. Assim, a LF é vista como a capacidade de leitura dos problemas financeiros, aproximando-se do conceito de letramento financeiro, que nada mais é do que a capacidade de “ler e interpretar” as situações financeiras.

De acordo com Somavilla, Silva e Bassoi (2016, p. 3), “o termo literacia financeira surge como uma habilidade fundamental no cotidiano dos cidadãos e, como um conceito novo e não universal, faz parte de um processo que vai se moldando às mudanças no contexto econômico, social e educacional”. Esse fato permite inferir que a literacia é a habilidade, aptidão e destreza essenciais em uma melhor condução das escolhas dos indivíduos, em prol de sua saúde financeira.

Ademais, Moore (2003, p. 7) define a LF como a “competência e aptidão para utilizar os conhecimentos adquiridos na área financeira”, coadunando com Somavilla, Silva e Bassoi (2016). Logo, o termo LF abrange diversas conceituações, passando de uma mera leitura das situações financeiras para os conhecimentos, aplicabilidades e competências financeiras que propiciam habilidades de tomar as melhores decisões em busca de um bem-estar financeiro.

As concepções supramencionadas conduzem ao questionamento sobre a má distribuição da renda nos estados brasileiros e sua relação com a LF. Nota-se que, devido à falta de LF, somada à atual implementação da EF na BNCC e aos recentes projetos para sua adequação, evidencia a necessidade de estudos sobre o tema. Nessa perspectiva, o estudo realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), em 2018, analisou o perfil do investidor brasileiro, apresentando dados a respeito de sua escolaridade, região de residência, entre outros (Figura 3).

Diante do exposto, observa-se que mais da metade dos investidores brasileiros mora nas regiões Sul e Sudeste, e que sua renda acompanha os níveis de escolaridade, sendo 44% com Ensino Médio e 36% com formação superior. Esses dados sugerem uma relação entre educação, EF e LF nessas regiões. Por outro lado, as outras regiões têm lutado para combater essa dicotomia. Ademais,

tal inspiração nos faz vislumbrar e praticar uma Literacia Financeira que seja capaz de prover os indivíduos-consumidores de habilidades e competências não só de natureza matemática, mas cultivadas interdisciplinarmente, para lerem os cenários socioeconômicos em que se encontram inseridos e, a partir da análise crítica desses cenários, tomarem decisões que estejam alinhadas com suas formas de pensar e agir. (Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr., 2018, p. 5).



Figura 3: Quem é o investidor brasileiro (AMBIMA, 2018³)

Dessa maneira, a LF deve ser o foco principal no ensino da EF, pois, por meio dela, é possível formar cidadãos mais conscientes a respeito de suas finanças, do meio ambiente e do consumismo. Essa conscientização pode contribuir para combater a desigualdade social e reduzir a dicotomia entre as regiões Sul e Sudeste, que apresentam maior concentração de investidores, refletindo melhores níveis de escolaridade.

3 Uma concepção dos professores de Matemática sobre a Educação Financeira Escolar

A etapa empírica da pesquisa foi efetivada com a aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, a 16 professores de Matemática da Educação Básica, cujo objetivo foi identificar a concepção formativa e prática de EFE desses professores.

O critério de escolha das unidades de ensino foi em razão de as escolas já terem desenvolvido algum trabalho com a Universidade Federal do Tocantins, em especial com o curso de Licenciatura em Matemática, facilitando o processo de convite e aceite em participar da pesquisa. Assim, foram escolhidos o Colégio Estadual Henrique Cirqueira Amorim, o Colégio Estadual Campos Brasil e o Colégio Militar Jardenir Jorge Frederico. Evidencia-se que os dois primeiros operam de forma regular, sendo que o primeiro possui uma extensão na zona rural de Araçulândia, enquanto o terceiro é um colégio militar que adota o regime de ensino integral.

No Colégio Estadual Henrique Cirqueira Amorim, a pesquisa contou com a participação de cinco dos seis professores de Matemática atuantes na escola; no Colégio Estadual Campos Brasil, quatro dos seis professores da escola participaram da pesquisa; e no Colégio Militar Jardenir Jorge Frederico, todos os professores responderam ao questionário. Ao todo, o questionário contou com a participação de dezesseis professores de Matemática, que foram identificados como P1 a P16, seguindo a ordem de envio das respostas, do primeiro ao último.

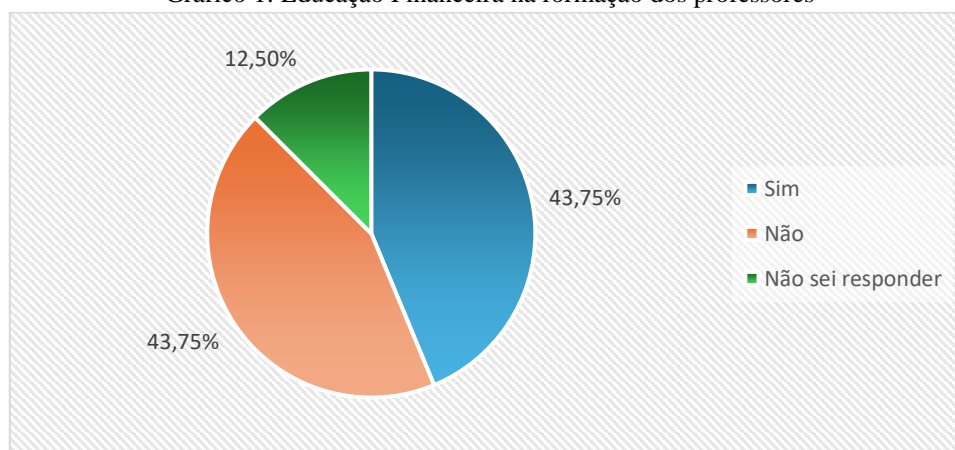
³ https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2018.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

3.1 Apresentação e discussão dos dados obtidos com o questionário

Na primeira análise, buscou-se identificar, por meio de uma pergunta aberta, onde os professores se formaram e em que ano. Observou-se que 14 dos 16 participantes (P1, P2, P3, P4, P5, P7, P8, P10, P11, P12, P13, P14, P15 e P16) concluíram a graduação na Universidade Federal do Tocantins (UFT), atual UFNT. P6 e P9 não responderam a essa questão. Sobre os anos de formação, cinco professores se graduaram em 2019, quatro em 2022, e os demais concluíram em 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015.

Na segunda pergunta, foi questionado se durante a formação os professores cursaram disciplinas que abordassem EF e suas implicações. Como resultado, sete participantes afirmaram ter cursado disciplinas que enfocaram EF, outros sete disseram não ter tido nenhuma disciplina relacionada ao tema, e dois não souberam responder, conforme apresentado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1: Educação Financeira na formação dos professores



Fonte: Elaboração própria

Os dois professores que disseram não ter tido acesso a nenhuma disciplina que abordasse a EF são egressos da UFT. Isso ocorre devido à falta de implementação do tema EF no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de formação de professores de Matemática na época em que eram graduandos. Essa situação se estende aos tempos atuais na UFNT, porém, o tema é visto de maneira complementar no decorrer de algumas disciplinas por professores que se preocupam com a boa formação dos alunos e que sabem da importância desse assunto.

A terceira pergunta consistiu em uma pergunta fechada, destinada a investigar se os professores consideravam a EF um tema importante para a formação cidadã, alinhando-se ao principal objetivo da EF: formar cidadãos conscientes e capazes de fazer boas escolhas em prol de seu bem-estar financeiro. Assim, todos os professores (16) concordaram com esse entendimento, selecionando a opção que reconhece a EF como um tema importante para a boa formação cidadã. Esse resultado demonstra a conscientização dos professores quanto à importância da EF na formação do aluno.

Nesse mesmo contexto, a quarta questão buscou saber qual o nível de importância da EF em percentuais. Como resultado, quinze dos dezesseis professores responderam que a EF tem de 75% a 100% de importância na formação cidadã dos alunos e apenas P9 respondeu que o nível de importância é de 0% a 25%. A resposta de P9 demonstra certa inconsistência com sua resposta à questão anterior. Assim, por meio dessas respostas, os professores demonstraram suas percepções quanto à importância da EF nas escolas.

Nesse ponto do questionário, a quinta pergunta, de caráter aberto, indagou-se aos professores sobre o momento em que tiveram seu primeiro contato com a EF. Os professores P4, P5, P8, P13 e P14 indicaram que esse contato ocorreu durante suas formações iniciais no

Ensino Superior. Por outro lado, P1 e P10 afirmaram ter tido contato com a EF no Ensino Médio, enquanto P2, P6 e P7 relataram ter conhecido o tema em cursos externos, sem, contudo, especificar se foram cursos de extensão proporcionados por instituições governamentais ou escolares.

P12 declarou que seu primeiro contato com a EF aconteceu em sua própria atuação como professor na Educação Básica, sugerindo que essa interação foi motivada pela necessidade de dar aulas. Já o P14 afirmou ter visto na faculdade, mas aprimorado na escola, o que aponta para um aperfeiçoamento de sua prática por meio de um conhecimento estudado anteriormente na universidade. Os demais participantes asseguraram terem tido seu primeiro contato com a EF nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em casa e por meio de livros. Essas respostas estão detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1: Primeiro contato dos professores com a Educação Financeira

Professores	Respostas
P1	Ensino Médio
P2	Cursos externos à unidade escolar
P3	Anos Finais do Ensino Fundamental
P4	Na minha formação de ensino superior.
P5	Na Universidade
P6	Curso <i>on-line</i>
P7	Cursos paralelos
P8	Na universidade UFT, na disciplina de Matemática Financeira.
P9	Livros
P10	Na época de estudante do Ensino Médio.
P11	Primeiro contato foi na minha casa com orientação dos meus pais.
P12	Durante a minha atuação como professor da Educação Básica
P13	Na Faculdade.
P14	Já havia ouvido na Faculdade, mas os conceitos foram aprofundados quando trabalhei a temática na escola.
P15	Na minha casa
P16	No dia a dia, em casa, no mercado etc.

Fonte: Dados da pesquisa

Em seguida, com a sexta questão, buscou-se verificar a percepção dos professores a respeito da distinção entre MF e EF. A maioria, representando 87,50%, respondeu afirmativamente, exceto P2 e P9 que responderam *Não* e *Não sei responder*. Essa expressiva quantidade de respostas positivas a essa questão é um resultado significativo, considerando que a falta de distinção entre EF e MF pode dificultar o progresso nessa área, como destacam Lima, Giordano e Sena (2021, p. 39): “a percepção da Educação Financeira como uma área que faz uso da matemática financeira como ferramenta, situada em contextos próximos a realidade e arraigadas por uma postura crítica intrínseca a esse processo”. Isso mostra o esforço dos professores em evitar a confusão entre os dois conceitos, que, apesar de relacionados, possuem significados distintos.

Na seguinte perquirição, de formato fechado (sim ou não), mas com espaço para

justificativas, procurou-se verificar se os professores desenvolviam práticas pedagógicas focadas em EF e se essas objetivam o desenvolvimento de LF nos alunos. Dos 16 professores, 12 responderam afirmativamente, indicando que, de alguma forma, promovem uma EF voltada para o desenvolvimento da LF dos alunos. Os demais declararam que não realizam tais práticas. As justificativas dos professores se encontram detalhadas no Quadro 2.

Quadro 2: Práticas em Literacia Financeira

Professores	Respostas
P1	Na minha vida pessoal, eu administro perfeitamente minha literacia financeira. Sou responsável em gerir minhas finanças com consciência.
P2	Ministrando aulas na unidade escolar e por meio de participação de formações e cursos.
P3	Sem planejamento
P4	Quando falamos em literacia financeira estamos, na verdade, a falar de uma competência básica e fundamental que deve procurar desenvolver e estimular para gerir eficazmente as finanças pessoais.
P5	Não
P6	Nas minhas aulas, eu busco despertar os estudantes para a vida financeira, pois ela vai estar presente em todos os seus dias e quem não tem conhecimento sobre, acaba tendo prejuízos ou acaba sendo deixado para trás.
P7	Propondo problemas matemáticos ligados ao dia a dia do estudante, abordada temática prática do cotidiano vivencial dele.
P8	Ainda não trabalhei nesse contexto.
P9	Não
P10	A literacia financeira consiste em competências e habilidades sobre como lidar com o dinheiro, de tomar decisões financeiras de forma consciente e responsável.
P11	A parte conceitual, através de conhecimentos e estudos.
P12	Desenvolvo atividades paralelas à formação geral do aluno, em que é trabalhada essa temática: como cuidar bem do seu dinheiro.
P13	Ensinar os alunos a administrar seu próprio dinheiro de forma consciente e responsável.
P14	Educação Financeira para tomada de decisões diárias, considerando a importância de poupar, colocar contas em dia.
P15	A educação, ela serve para indivíduos tomar decisões financeiras para ter controle de suas finanças.
P16	Essa palavra é nova.

Fonte: Dados da pesquisa

A oitava questão, de natureza aberta, perquire acerca do que precisa ser melhorado para ampliar e melhorar as ações voltadas para a EF. Em sua resposta, P1 mencionou que já há muitas atividades em andamento, destacando os itinerários formativos como exemplo, e sugeriu que essas práticas estão evoluindo positivamente, prometendo gerar bons resultados. Por outro lado, P2 apontou uma dificuldade relacionada à falta de materiais e suporte nas unidades escolares, o que compromete o desenvolvimento das atividades pedagógicas voltadas à EF.

Já o partícipe P4 sugere que a educação financeira seja uma disciplina no curso de formação para que, quando o professor formado for trabalhar com esse tema em sala de aula,

já tenha visto com profundidade na universidade, não deixando, assim, nenhuma lacuna na formação do aluno na Educação Básica. Em síntese, essa é uma sugestão que faz sentido, dado o grau de importância do tema na formação cidadã. P7 expressa que o tema EF deve ser parte do currículo da escola. Acredita-se que tenha dito que a EF deveria ser tratada não apenas como um tema transversal que é pouco expresso na BNCC, mas com premissas bem explícitas quanto à sua aplicação, dado o seu nível de importância. Esse entendimento é também reforçado por P12 que defende a EF como uma disciplina formal no currículo escolar. O Quadro 3 exibe as respostas de todos os pesquisados.

Quadro 3: Ações em prol da Educação Financeira Escolar

Professores	Respostas
P1	Atualmente, já existem muitas propostas educacionais sendo desenvolvidas na Educação Básica. Um exemplo pertinente são os itinerários formativos.
P2	A aplicação nas unidades escolares, muitas vezes, a falta de auxílio e materiais prejudicam bastante a aplicação de qualidade.
P3	Projetos
P4	Tornar essa competência uma das disciplinas essenciais para formação inicial e/ou continuada de um ingresso. E com docentes capacitados para ensinar lá, de forma que não deixe nenhuma lacuna para quando um discente já formando torne-os aptos para ensinar todas as técnicas e habilidades necessárias para fazer um estudante financeiramente mais independente.
P5	Mais cursos
P6	Cursos de empreendedorismo, investimentos, entre outros
P7	Que se torne parte do currículo nas escolas.
P8	Na formação inicial
P9	Melhorar a administração
P10	Disciplinas que desenvolvam e aprofundem conhecimentos de Matemática Financeira e Educação Financeira, com metodologias ativas, oficinas, como fazer cálculo de parcelas de casa por meio do Excel.
P11	Apoio verídico das ações pelos gestores, em que a Educação Financeira fosse trabalhada durante o ano inteiro
P12	Fomentar a educação financeira como uma disciplina obrigatória da Educação Básica dos alunos.
P13	Recursos necessários para uma boa ação, a formação de professores sobre o assunto porque a grande maioria não teve acesso a essa informação e não sabe administrar seu próprio dinheiro.
P14	Oferecer disciplina com foco na área de Educação Financeira.
P15	Dar autonomia para professor trabalhar sem que haja alguma interferência.
P16	—

Fonte: Dados da pesquisa

Na nona e décima primeira questões, de caráter fechado, os professores foram sondados se já haviam feito algum estudo a respeito da LF e quais suas concepções sobre ela, respectivamente. Na nona questão, P1, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P14 responderam afirmativamente e P2, P9, P10, P11, P12, P13, P15 e P16 negaram. Na décima primeira questão, foram apresentadas três alternativas sobre a concepção de LF, como apresentado na Tabela 1,

juntamente com os resultados.

Entre os que responderam *Sim* na nona questão, apenas P2, P10 e P15 escolheram a opção, na décima primeira pergunta, em que a LF é como uma aptidão para discutir assuntos financeiros, fazer diversas escolhas financeiras assertivas, planejar o futuro e desenvoltura para sair dos diversos problemas financeiros do dia a dia. Dos que optaram pelo *Não* na nona pergunta, apenas P3 e P14 escolheram a mesma alternativa na décima primeira. Isso revela que eles realmente praticaram estudos a respeito de LF e que pouco a entendem como uma habilidade de aplicar seus conhecimentos em prol de discutir, escolher e planejar o futuro a favor de seu bem-estar financeiro, social e ambiental.

Tabela 1: Concepção de Literacia Financeira

Alternativas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
O termo literacia financeira surge como uma habilidade fundamental no cotidiano dos cidadãos e, como um conceito novo e não universal, faz parte de um processo que vai se moldando às mudanças no contexto econômico, social e educacional (Somavilla, Silva e Bassoi, 2016, p. 3).	5	31,25%
Inclui a aptidão para discernir sobre as diversas escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros sem qualquer desconforto, planejar o futuro em termos financeiros, ou ainda responder competentemente a eventos que ocorrem no cotidiano e que afetam as decisões financeiras (Vitt <i>et al.</i> , 2000, p. 2).	6	37,50%
Capacidade de leitura, análise, gestão e comunicação dos diversos problemas financeiros que se colocam diariamente ao nível do bem-estar material dos cidadãos (Vitt <i>et al.</i> , 2000, p. 2).	5	31,25%
Total	16	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Na décima pergunta, os professores foram questionados sobre suas concepções a respeito de EF por meio de uma pergunta fechada, em que foram dispostas três alternativas: a primeira é uma definição segundo uma visão economicista; a segunda, conforme uma visão da educação; e a terceira, de acordo com uma definição de cunho pessoal e social, como mostra a Tabela 2. Cada uma delas reflete uma visão que representa como o professor respondente entende como verdadeira a definição de EF.

Tabela 2: Concepção de Educação Financeira

Alternativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A educação financeira pode ser definida como “o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro” (OCDE, 2005, p. 13).	1	6,25%
Um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições	9	56,25%

críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr., 2018).

a EF nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro (Cordeiro, Costa e Silva, 2018, p. 70).	6	37,50%
Total	16	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Conclui-se que 56,25% dos professores optaram por uma alternativa baseada na visão de educador e 37,50% escolheram conforme sua perspectiva pessoal e social, e apenas 6,25% escolheram a visão economicista. Essas respostas evidenciam que os professores estão levando em consideração a sua epistemologia do conceito Educação Financeira, priorizando a visão de educador.

Para essa pergunta, não havia resposta certa ou errada, mas uma conceituação diversa e a resposta que mais obteve pontos revelou aspectos da epistemologia dos professores. Como defendem Buehring e Grando (2021),

é preciso que o professor seja capaz de ver as diversas facetas presentes na própria disciplina que ensina, que conheça sua história e as questões sociais e culturais envolvidas. O conhecimento aprofundado do que ensina, junto com uma visão abrangente das relações que se estabelecem com outros saberes e com o mundo, pode propiciar que o docente assuma uma postura questionadora (p. 166).

Desse modo, é imprescindível que os professores não se limitem apenas às suas concepções pessoais, mas que sejam capazes de compreender as diversas facetas do tema EF. Isso possibilita um ensino mais abrangente desse conceito para que o aluno seja capaz de compreender a diversidade do tema EF.

4 Considerações Finais

A Educação Financeira, por vezes, é confundida com a Matemática Financeira e entendida como um tema de cunho apenas matemático. Geralmente, quando trabalhada nas salas de aula, a EF é voltada exclusivamente para o cálculo de juros e para a resolução de exercícios, o que, de certa forma, ajuda, mas não contempla toda a sua grandeza.

Assim, este trabalho teve como objetivo evidenciar como os professores das escolas vêm trabalhando a LF na EF em suas aulas. Esse objetivo foi alcançado, em razão de constatar que existe um trabalho dos professores com a EF com foco em uma LF. Foi observado também que os partícipes entendem a EF de forma distinta da MF e do tradicional. Não obstante, alguns docentes não entendem muito bem o tema LF, o que indica a falta de prática de estudo do tema.

No decorrer da investigação, observou-se que 87,5% dos professores sabem que existe diferença entre os temas EF e MF, o que, de certa forma, é positivo, uma vez que há tempos esses dois temas são tratados como pares — mas não são, e isso prejudica o avanço da EF. Identificou-se que 75%, a maioria dos professores, desenvolvem suas práticas com foco na construção de uma LF na sala de aula, o que foi um dos grandes pontos desta pesquisa. Foi certificado que os professores estão se preocupando e trabalhando para mudar o cenário educacional no Brasil referente à EF.

O tema da EF é transversal e interdisciplinar e, ao longo do estudo, percebeu-se que abrange diversas visões e conceituações. Enquanto algumas visões têm caráter economicista,

outras priorizam uma abordagem educacional voltada à formação cidadã. Essa última introduz os alunos ao universo do dinheiro, ensinando-os como conseguir, como gastar, como poupar de forma responsável. A pesquisa enfatiza a importância da educação financeira precoce, que prepara e dá subsídios para que os alunos, no futuro, possam ampliar e aprimorar o conceito por meio das ferramentas e subsídios adquiridos.

Outro ponto observado na pesquisa é que a EF não é inteiramente responsabilidade da escola, é também dos pais e responsáveis. A falta desses ou o mau exemplo dos pais pode influenciar negativamente, gerando uma vida cheia de percalços e oscilações financeiras.

Cabe ressaltar que, por meio da primeira etapa desta pesquisa, a bibliográfica, constatou-se que a BNCC delega às escolas a responsabilidade de incorporar a EF nos currículos. Essa responsabilidade é arriscada visto que, apesar de sua força normativa, a BNCC não especifica claramente a importância da EF e menciona o tema apenas três vezes em todo o documento, o que reflete uma abordagem insuficiente para um tópico tão essencial à sociedade.

Ademais, a pesquisa destaca que a escassez de LF é um dos fatores que pode influenciar o insucesso da EF. Ser um economista, por exemplo, não garante que ele viva bem financeiramente, evidenciando que o conhecimento, por si só, não traz uma vida financeira estável. A prática desse conhecimento em busca de uma vida financeira saudável, fazendo as melhores escolhas, articulando conhecimentos diversos para conquistar seus objetivos, é o fator determinante para o sucesso ou a instabilidade financeira de um indivíduo.

Nota

A revisão textual (correções gramatical, sintática e ortográfica) deste artigo foi custeada com verba da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (Fapemig), pelo auxílio concedido no contexto da Chamada 8/2023.

Referências

BASSETO, Camila Fernando; CAPELATO, Érika; FERNANDES, Ana Emília Gomes. Oficinas de Educação Financeira no ensino de Jovens e Adultos: relato de uma experiência em sala de aula. In: KISTEMANN JR., Marco Aurélio; SOUZA, Fabiano dos Santos (Org.). *Educação Financeira e Educação Estatística*. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2021, p. 6-23. <https://doi.org/10.46420/9786581460105>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988.

BRASIL. *Decreto n. 5.685, de 25 de janeiro de 2006*. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização-Coromec. Brasília: Diário Oficial da União, 26 jan. 2006.

BRASIL. *Deliberação n. 3, de 31 de maio de 2007*. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de educação financeira. Brasília: Diário Oficial da União, 6 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUEHRING, Roberta Schnorr; GRANDO, Regina Célia. Verdades provisórias na Educação Estatística: insubordinações criativas no primeiro ano do Ensino Fundamental. In: KISTEMANN JR., Marco Aurélio; SOUZA, Fabiano dos Santos (Org.). *Educação Financeira e Educação Estatística*. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2021, p. 162-173. <https://doi.org/10.46420/9786581460105>

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Gonçalves Vasconcelos; SILVA, Márcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

D'AQUINO, Cássia. *Educação Financeira: como educar seu filho*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

FERNANDES, Daniela Teles. *Acerca da Literacia Financeira*. 2011. 126f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.

LIMA, Reinaldo Feio; GIORDANO, Cassio Cristiano; SENA, Franco Deyvis Lima. Mapeamento das pesquisas sobre Educação Financeira apresentadas no Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática – EBRAPEM (quadriênio 2015-2019). In: KISTEMANN JR., Marco Aurélio; SOUZA, Fabiano dos Santos. (Org.). *Educação Financeira e Educação Estatística*. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2021, p. 24-46. <https://doi.org/10.46420/9786581460105cap2>

MARIM, Vlademir; SILVA, Maxwell Gomes da. Educação Financeira: abordagem nos livros didáticos de Matemática para o Ensino Médio. *Educação Matemática Debate*, v. 4, n. 10, p. 1-26, 2020. <https://doi.org/10.24116/emd.e202005>

MOORE, Danna. *Survey of financial literacy in Washington State: knowledge, behavior, attitudes and experiences*. Pullman: Washington State University, 2003.

OECD — Organization for Economic Co-Operation and Development. *Improving Financial Literacy: analysis of issues and policies*. Paris: OECD Publishing, 2005.

PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; MUNIZ JR., Ivail; KISTEMANN JR, Marco Aurélio. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. *Em Teia*, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2018. <https://doi.org/10.36397/emteia.v9i1.236528>

SILVA, Amarildo Melchíades; POWELL, Arthur Belford. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática*. Curitiba, 2013, p. 1-17.

SOMAVILLA, Adriana Stefanello; SILVA, Carla Renata Garcia Xavier; BASSOI, Tânia Stella. A literacia financeira em discussão. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática*. São Paulo, 2016, p. 1-12.

SOUZA, Débora Patrícia. *A importância da educação financeira infantil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, 2012.

VITT, Lois; ANDERSON, Carol; KENT, Jamie; LYTER, Deanna; SIEGENTHALER, Jurg; WARD, Jeremy. *Personal finance and the rush to competence: Financial Literacy Education in the U.S.* Virginia: Fannie Mae Foundation, 2000.